

cR

Centro
de Referência
Paulo Freire

**Este documento faz parte do acervo
do Centro de Referência Paulo Freire**

acervo.paulofreire.org



InstitutoPauloFreire

Wilson Martins

O OUTRO FREIRE

HÁ dois Freires extremamente influentes em nossa vida intelectual nos últimos cinquenta anos: Gilberto Freyre, que foi uma figura dominante nas décadas de 30 a 60, e, a partir de então, por mais uma década, Paulo Freire, que o substituiu dir-se-ia que por revezamento. São duas situações históricas diferentes e, por consequência, dois tipos inconfundíveis de presença mental e ação catalítica. No caso de Gilberto Freyre, o objetivo essencial era o conhecimento do Brasil para melhor compreendê-lo; agindo como político, tanto na formulação do seu método pedagógico quanto na respectiva aplicação, Paulo Freire respondia a um programa ideológico e, repetindo involuntariamente em seus limites próprios um proverbial postulado de Marx, não desejava conhecer o Brasil, mas transformá-lo. Estavam necessariamente implícitas e eram inevitáveis no seu método uma intenção e uma práxis manipuladora, por mais que, em teoria, ele se tivesse originado em reação consciente contra o caráter manipulador da educação convencional (cf. César Jerez/Juan Hernández Pico, "Cultural action for freedom", in *LA-DOC*, III, 28, p. 29 e s., também publicado em espanhol no mensário salvadorenho *Estudios Centro Americanos*, agosto-setembro 1971). Essa ideologia, segundo indicações por ele mesmo fornecidas, é qualquer coisa como um amálgama, aliás obscuro e incerto, de Frantz Fanon, Mao Tse-tung, Althusser, C. Wright Mills, Che Guevara e Camilo Torres, a que Vanilda Pereira Paiva acrescenta,

no plano especificamente nacional, o Instituto Brasileiro de Filosofia, o ISEB, a Ação Popular e, por inesperado Oliveira Vianna (Paulo Freire e o Nacionalismo-Desenvolvimentista. Rio: *Civilização Brasileira*, 1980).

O que é, afinal de contas, Paulo Freire? — perguntam Jerez e Hernández-Pico: um revolucionário, um agitador utópico, um filósofo, um político, um educador ou um teólogo disfarçado? Há de tudo isso na sua doutrina e ação, enquanto ele próprio prefere definir-se, antes de mais nada, como educador (palavra, no caso, deliberadamente ambígua, se não mistificadora). É como educador que tem sido encarado no Brasil e em países estrangeiros, inventor de um método miraculoso de ensino capaz de alfabetizar adultos em apenas 40 horas. Houve quem acreditasse e ainda há quem acredite nisso. Graças a essa experiência pedagógica, ou, mais precisamente, aos impulsos revolucionários a que servia de instrumento e legitimação intelectual, ele conquistou rapidamente uma audiência, dentro e fora do país, dissipada, de resto, com igual fugacidade, dado o seu imediato e irrecuperável desgaste ao contacto abrasivo com a realidade. De fato, observam aqueles jesuítas (em estudo altamente simpático à sua "ação cultural para a liberdade"), os seus projetos, "após tremendo sucesso inicial, praticamente jamais se completaram", o que, por paradoxo, pode ter sido mais favorável do que prejudicial ao seu prestígio. Vanilda Pereira Paiva observa argutamente a esse propósito que o golpe de 1964, longe de fazer abortar a experiência

pedagógica de Paulo Freire, como em geral se repete, salvou-a, ao contrário, do malogro que certamente encontraria numa prática generalizada: as críticas que não teve tempo de despertar no Brasil "foram sendo formuladas onde o método foi deixado o seu rastro (Chile, Peru, México, Tanzânia, Guiné-Bissau) e que provocaram muitas das revisões feitas pelo próprio Freire em suas ideias" (p. 12).

Seria preciso saber, por exemplo, qual o índice de regressão ao analfabetismo dos que aprenderam a ler e escrever em 40 horas pelo método Paulo Freire, quando comparados com os índices correspondentes no programa do MOBRAF (frequentemente mencionados nas respectivas críticas). Além disso, há questões mais sérias: a experimentação do método definiu-se, antes de mais nada, como uma imensa e caótica improvisação, na qual os "coordenadores" (= professores) não raro estavam tão pouco preparados quanto os estudantes (p. 10), para nada dizer do seu caráter tendencioso: eram os "coordenadores" que comunicavam aos ouvintes o que devia "conscientizá-los" (p. 139); o "diálogo" era tirigídio e definiu-se, na prática, como sugestões de resposta que o "coordenador" transmitia e exigia ouvir em retorno. O método Paulo Freire, aceito em seus próprios termos, resolve-se numa petição de princípio, dando por provado aquilo que se deseja provar: no comentário de uma "coordenadora", o "povo" não dizia quais eram os seus objetivos, mas era "preparado para participar".

Acresce que, "conscientizando" as pessoas que, em teoria, desejava apenas alfabetizar, o método não lhes fornecia os meios necessários e indispensáveis para traduzir a "conscientização" acadêmica e gratuita em melhores condições de existência ou, mesmo, na simples substituição de regime político. Nesse par-



**Paulo Freire: um
"diálogo" dirigido em
função de posições
autoritárias ainda
que defendidas com
retórica democrática**

ticular, o método é antes uma escola de desespero que uma escola de esperança, conforme o pungente testemunho do professor que o aplicou na Universidade Autónoma do México: os estudantes tornaram-se conscientizados, mas, mal organizados e sem perceber a necessidade de uma estratégia política, jogaram-se, em 1968, contra as forças da polícia, para serem dizimados em Tlatelolco. Assim, concluía ele, a "conscientização" nada significa, numa perspectiva revolucionária, sem o recurso indispensável à violência — dilema de que Paulo Freire até hoje não soube como escapar e que sempre enfrenta de forma dúbia. Ele justifica a violência dos oprimidos pela violência dos opressores, o que é, pelo menos, irrealista e deixa a questão no mes-

mo lugar, mas não recusa a eventualidade de que, no momento próprio, "os revolucionários saberão a quem matar". Isso, mais do que qualquer outra coisa, desvenda a verdadeira natureza do método e o seu caráter só subsidiariamente ou instrumentalmente pedagógico.

Situando-o na linha do pensamento do ISEB e do nacionalismo desenvolvimentista — que era, em essência uma ideologia de Direita, sejam quais forem as argúcias e distinguos dos que desejam recuperá-lo para a tradição esquerdista — Vanilda Pereira Paiva não somente o inclui, pela primeira vez, no contexto político e conjuntural que é o seu, como lhe torna perfeitamente nítido o perfil ideológico. Nessa perspectiva, a aproximação com Oliveira Viana, surpreendente e inesperada quanto seja, adquire todo o sentido (p. 91 e s.). Pode-se contestar-lhe a conclusão segundo a qual tanto Paulo Freire quanto os isebianos tiravam lições opostas às de Oliveira Viana das respectivas análises políticas: na verdade, uns e outros favoreceriam o fortalecimento de instituições autoritárias, apesar da retórica democrática em que caso acaso se exprimissem. É contraditório, mas compreensível, que o pensamento propriamente político de Paulo Freire seja, com frequência, simplista e tautológico. Assim, por exemplo, ele escreve que "o nacionalismo verdadeiro é exatamente a corporificação da autenticidade nacional" (cit., p. 82), forma de raciocínio de que participavam, nos anos 60, muitos dos doutrinadores ideológicos mais ouvidos. No que se refere especificamente ao método, percebe-se agora que se tornou por algum tempo tão misticamente carismático porque parecia prometer a Revolução em 40 horas, assim como em 40 horas garantia alfabetizar os adultos brasileiros. Com os mesmos resultados.